

Processo nº 00417-2006-000-12-00-0 – Relatora Juíza Lília Leonor Abreu - TRTSC/DOE de 28.05.2007

**MANDADO DE SEGURANÇA. LEI Nº 7.347/1985. LEGITIMIDADE DA ENTIDADE SINDICAL PARA FIGURAR COMO LITISCONSORTE ATIVO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO.** Tratando-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público com o propósito de coibir terceirizações e contratações ilícitas por parte da municipalidade, há de ser concedida a segurança à entidade sindical ora impetrante para lhe facultar a habilitação nos autos como litisconsorte ativo, diante da presença inconteste do direito líquido e certo. **O art. 5º da Lei nº 7.347/1985, ao possibilitar às associações o ajuizamento desse tipo de ação, também contempla os sindicatos, que a elas se equiparam.**